

SÁTIRA, UTOPIA E FICÇÃO CIENTÍFICA EM A HISTÓRIA DO BRASIL *ESCRITA PELO DR. JEREMIAS NO ANO DE 2862 E PÁGINAS DA HISTÓRIA DO BRASIL, ESCRITAS NO ANO 2000, DE JOAQUIM FELÍCIO DOS SANTOS*

Ana Cláudia Romano Ribeiro¹

RESUMO: Este artigo analisa a presença do relato de viagem, da sátira, da utopia e da ficção científica em dois textos escritos pelo mineiro Joaquim Felício dos Santos e publicados em forma de folhetim no jornal republicano *O Jequitinhonha*, de Diamantina: *A História do Brasil escrita pelo Dr. Jeremias no ano de 2862* (1862) e as *Páginas da História do Brasil escrita no ano de 2000* (1868-1872).

PALAVRAS-CHAVES: relato de viagem; sátira; utopia; ficção científica; Joaquim Felício dos Santos.

RESUMÉ: Cet article analyse la présence du récit de voyage, de la satire, de l'utopie et de la fiction scientifique dans deux textes écrits par Joaquim Felício dos Santos, né à Serro, dans l'État de Minas Gerais, et publiés en forme de feuilleton dans le journal républicain *O Jequitinhonha*, à Diamantina: *A História do Brasil escrita pelo Dr. Jeremias no ano de 2862* (1862) et les *Páginas da História do Brasil escrita no ano de 2000* (1868-1872).

MOES CLÉS: récit de voyage; satire; utopie; fiction scientifique; Joaquim Felício dos Santos.

A História do Brasil escrita pelo Dr. Jeremias no ano de 2862

Uma “História do Brasil de brinquedo”, “meio sátira, meio utopia”: é esta a definição, a meu ver muito justa, de Alexandre Eulálio, para as *Páginas da História do Brasil escrita no ano de 2000*², de Joaquim Felício dos Santos, leitor de Morus e Campanella, autor de *Memórias do distrito diamantino* e de um projeto de Código Civil (seus escritos mais conhecidos).

Publicada em forma de folhetim, de 1868 a 1872, nas páginas do jornal republicano por ele fundado – *O Jequitinhonha*, de Diamantina – esta saborosa narrativa nasce como reação

¹ Doutora em Teoria e História Literária pelo Departamento de Teoria Literária do Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Docente de literatura no Mestrado em Letras da Universidade Vale do Rio Verde (UNINCOR). E-mail: anaclaudiarr@hotmail.com.

² As *Páginas da História do Brasil escrita no ano de 2000*, de Joaquim Felício dos Santos, são nosso atual objeto de pesquisa, cujo resultado final será sua publicação em livro, em versão integral, precedida de um estudo.

ferina ao polêmico episódio da queda do Gabinete Zacarias, apesar da maioria liberal que compunha a Câmara, episódio que os adversários de Pedro II viam como um golpe de Estado. As *Páginas* se concretizaram na forma de sátira política, alvejando todo o sistema monárquico e sua ala mais “conservadora”.

A ideia não era nova. Em 22 de novembro de 1862, um ano antes de ser eleito Deputado Geral pelo Sexto Distrito de Minas Gerais, pelo Partido Liberal, o próprio Joaquim Felício dos Santos havia publicado, no mesmo jornal, o episódio inaugural dessa história, sob o título de *A História do Brasil escrita pelo Dr. Jeremias no ano de 2862*. O narrador em primeira pessoa é também o protagonista, que chega a uma cidade brasileira do futuro e, no dia seguinte, compra um livro de História do Brasil, do qual ele transcreverá um dos menores e mais insignificantes capítulos: aquele dedicado ao Segundo Reinado.

Esse episódio só teve sequência seis anos depois, mas sem a mesma localização temporal. A partir de 1868 a história é retomada *in media res*, como se abríssemos novamente o livro de *História do Brasil* e continuássemos a leitura a partir da descrição dos acontecimentos de 1864. No título, lemos, porém, que essa História do Brasil foi escrita no ano de 2000 – é como se o autor tivesse “se esquecido” de ter datado o primeiro episódio de 2862.

Isolada no tempo, *A História do Brasil escrita pelo Dr. Jeremias no ano de 2862* não é, por isso, menos importante. Ao contrário. Nela, estão alguns dos principais elementos das páginas que serão escritas entre 1868 e 1872: a viagem ao futuro e a escrita do passado. Começaremos, por isso, por apresentar esse episódio inaugural, desdobrando e aprofundando a definição de Eulálio e identificando alguns elementos que fazem dele em parte uma utopia, em parte uma sátira. Perceberemos que seu autor é um utopista, não na vulgar e simplista acepção que associa utopia a quimera, mas numa acepção mais precisa, que assimila pensamento utópico a um intenso envolvimento com a vida social em todas as suas instâncias, manifestado, aqui, em forma satírica.

O narrador é um cidadão (possivelmente um viajante) que chega, “pelo caminho de ferro” (EULÁLIO, 1957, 111) a São Francisco, cidade secundária da república dos Estados Unidos Brasileiros, edificada “sobre as rochas graníticas por cima das quais quebrava-se outrora

a célebre cachoeira denominada Paulo Afonso” (EULÁLIO, 1957, 111). Essa cachoeira não mais existe:

Para facilitar a navegação a eletricidade – a navegação a vapor há muitos séculos que foi abandonada por sua morosidade – deu-se ao rio um outro leito, e, ficando a cachoeira a seco, entulharam-se os seus pegos e profundos abismos para formar-se o assento da cidade. (EULÁLIO, 1957, 111).

Temos, até aqui, dois elementos (e temas) presentes nas utopias: um *narrador viajante*, que descreve um mundo novo para o leitor, e uma *natureza modelada pelo homem* (marca do *antinaturalismo*, tão próprio das utopias). Vejamos algumas características importantes de cada um desses elementos.

O *protagonista-viajante-narrador* dos relatos utópicos dá a conhecer a sociedade outra por meio de um relato testemunhal. Conforme Firpo,

o ter estado em carne e osso nesse lugar inexistente, ou melhor, o contar ter estado, fornece a resposta factual, concreta, a qualquer objeção possível. Se apresento um projeto audacioso, perturbador, de nova sociedade, sou exposto a todas as críticas daqueles que podem me dizer: - Não pode funcionar, é impossível, você disse um absurdo, os homens não aceitarão nunca um regime deste gênero - ; se, ao invés, relato que estive lá, que vivi por meses ou anos, e que tudo funcionava à perfeição, terei superado *a priori* todas as possíveis objeções de não factibilidade através do testemunho (naturalmente imaginário, mas isso não conta) de uma atuação efetiva, de uma concreta realidade da qual eu experimentei a eficácia e a funcionalidade dia após dia. (FIRPO, 2005, 232).

Mediador entre dois mundos, o protagonista-viajante-narrador se caracteriza por um duplo movimento de *dépaysement* e assimilação no contato com a alteridade (cf. MINERVA, 1995, LÉVY-STRAUSS, 1983). Para Fortunati (1992), o viajante é um indivíduo em fuga da sociedade à qual pertence e sua tarefa é colocar em comunicação a realidade histórica com a realidade utópica. Imbroscio (1986) e Benrekassa (1980) notaram que há algo de paradoxal no fato de a utopia só ser perfeita quando confrontada às imperfeições da realidade histórica.

A História do Brasil *escrita pelo Dr. Jeremias no ano de 2862* é, portanto, um relato de viagem, viagem essa que se dá no tempo e no espaço. Ela se filia à tradição das viagens imaginárias, que remonta à *Odisséia*, e ao tipo de fantasia sem freios de *Das narrativas verdadeiras*, de Luciano de Samósata (que inspiraram *L'autre monde*, 1657, de Cyrano de

Bergerac, e as *Viagens de Gulliver*, 1726, de Jonathan Swift). Daí derivará toda uma tradição de viagens extraordinárias inventadas dadas por verídicas, que proliferarão a partir de 1675 e terão muitos aspectos satíricos e utópicos.

A natureza domesticada, submetida e modelada pelo homem deste Brasil do ano de 2862 remete ao tratamento dado à natureza nas utopias. As utopias são *antinaturalistas*: “o utopista, totalitário, quer substituir a natureza inteira pelo artifício racional” (RUYER, 1950, 46). O utopiano domina a natureza, aplana montanhas (como em *A Terra Austral conhecida*, de Gabriel de Foigny), muda o curso dos rios e transporta florestas a locais mais adequados (na *Utopia*, de Tomás Morus), faz pão sem trigo (na *Nova Atlântida*, de Francis Bacon), cria línguas artificiais e rígidas, “racionais”, tidas por expressarem sem ambiguidade o que representam. O domínio sobre a natureza expresso na *Utopia* está intrinsecamente relacionado à sua dessacralização, operada pelo conhecimento da natureza como fenômeno (e não como obra divina), tão característica do capitalismo da era moderna.

Voltemos ao texto de Felício dos Santos. O narrador dirige-se à casa dos livreiros Dracon, Braga & Cia., e lá adquire um livro: a *História do Brasil*, de autoria do Dr. Jeremias, composta por

162 grossos volumes in-folio, impressos em tipos finos, sem margens, sem folhas ou espaços em branco, a fim de economizar o material e não suceder como faziam os editores da antiguidade que vendiam mais papel limpo do que livros. Os editores da obra de que falo são homens de consciência. (EULÁLIO, 1957, 111).

Enquanto afirma ser essa a mais atual e melhor obra publicada a respeito da história do Brasil, o narrador descreve o velocíssimo processo de publicação: “O autógrafo foi à tipografia esta manhã e já se acha composto, impresso, encadernado e publicado [às 16h do mesmo dia]. É, portanto, a história mais moderna que existe publicada até o presente” (EULÁLIO, 1957, 111).

O autor deste “trabalho monumental”, o Dr. Jeremias,

gastou dois meses e quatro dias na sua composição! Ocupado constantemente com a empresa, não poupou sacrifícios. Viajou o mundo inteiro colhendo documentos históricos; revolveu as ruínas de Londres, de Paris, de Hamburgo, de Bruxelas, de Lisboa e de outras cidades tão florescentes nos tempos antigos; em uma palavra: todo o lugarejo onde supunha encontrar algum esclarecimento

foi visitado. Graças aos progressos da civilização, hoje são tão fáceis essas investigações! A eletricidade: - tal é a grande alavanca do século. (EULÁLIO, 1957, 111).

Mas quem é o Dr. Jeremias?

[...] é um escritor de vasta erudição. Fala perfeitamente um milhão de línguas, sabe, cabalmente, dois milhões de artes e ofícios. Sua *História do Brasil* é completa, imparcial e minuciosa, compreende o espaço de 1362 anos, 4 meses, 8 dias e 26 minutos, isto é, começa no descobrimento do Brasil e termina-se no momento em que ele deixara a pena de historiador. (EULÁLIO, 1957, 111).

A *tópica do “manuscrito encontrado”*, aqui atualizada na forma de um “*livro encontrado*”, recorrente no século XIX, é também recorrente nas utopias e nas sátiras. Ela permite ao autor esconder-se por detrás de um pseudo-autor e, com isso, não ser acusado pelo que escreve. Para que a ficção do “livro encontrado” tenha êxito e convença o leitor, ou, pelo menos, ganhe sua adesão ao jogo da ficção, o autor recorre a estratégias que garantam a *verossimilhança* de seu relato. Uma delas é o uso de quantificações, de datas, de durações medidas, como vimos, além de preços exatos: o narrador adquiriu os 162 volumes da *História do Brasil* do Dr. Jeremias por “648 réis”.

A verossimilhança, porém, desliza para o *inverossímil* quando o narrador revela que Dr. Jeremias “gastou dois meses e quatro dias na sua composição”, ou quando descreve o processo de edição do livro: os 162 volumes foram levados à tipografia de manhã e às 16h já se achavam à venda, devidamente encadernados. O inverossímil também está no conteúdo do livro, que “compreende o espaço de 1362 anos, 4 meses, 8 dias e 26 minutos”, e no retrato do Dr. Jeremias, que “fala perfeitamente um milhão de línguas” e “sabe, cabalmente, dois milhões de artes e ofícios”. Do inverossímil passamos ao *cômico*, causado pela exageração, um dos traços da sátira.

O jogo expresso no significado dos nomes próprios é mais um traço comum à sátira e à utopia, e presente nas páginas de Felício dos Santos. Jeremias é tradicionalmente considerado o autor do *Livro das Lamentações*, cantos fúnebres que lamentam a destruição de Jerusalém pelos babilônicos. Ele é um dos profetas bíblicos, ou seja, um dos que “enxerga o futuro” e o revela aos demais. Lembro aqui o primeiro nome do marinheiro-filósofo inventado por Morus em sua *Utopia*, Rafael Hitlodeu: Rafael é o nome do anjo do “Deus que cura”, e particularmente, que

cura a cegueira (*Tobias*, 10), ou seja, também ele faz com que outros enxerguem³. Jeremias é ainda o autor do *Livro de Jeremias*. Neste último, uma espécie de antologia de textos variados, o profeta denuncia os abusos de sua época, ataca tiranos ávidos por riquezas, violentos e guiados pelas paixões, acusa sacerdotes, reis, ministros e falsos-profetas de manterem o povo na ignorância e serem corruptos por determinação consciente, deplorando a ignorância e a incompreensão. É inevitável associar a figura de Jeremias a Rafael Hitlodeu, crítico mordaz da sociedade de sua época; é também possível associá-la a Joaquim Felício dos Santos, que, nas suas *Páginas*, ataca diferentes aspectos da vida política, social e econômica do Segundo Reinado e que, como Jeremias, foi penalizado em diferentes circunstâncias de sua vida política por ter expressado suas ideias críticas de forma direta.

É de forma direta que ele assevera a irrelevância de seu período histórico: na *História do Brasil* do Dr. Jeremias,

todos os fatos importantes [...] são relatados com toda a imparcialidade. Digo “importantes” porque o Dr. Jeremias, para não fatigar o leitor, não desce a minudências que nenhum influxo tiveram nos progressos da civilização brasileira.

Para dar uma ideia desta obra, vou abrir ao acaso um de seus volumes, e transcrever algum trecho. Deparei com o volume 94º, abri à pág. 2680. Eis um capítulo; é o MMMMDXVI; tem por título – “O Segundo Reinado de Bragança – Pedro II.

Transcrevemos esse capítulo. É pouco extenso: o menor da obra”. (EULÁLIO, 1957, 111-112).

Nas palavras do Dr. Jeremias, Joaquim Felício dos Santos desenhará um retrato cáustico do Brasil imperial de Pedro II. Sobre os inícios de seu reinado ele dirá que “Pedro II subira ao trono pisando na Constituição”:

Depois da abdicação de Pedro I em 1831, sucedeu-lhe Pedro II, que só tomou as rédeas do governo em 1840, quando foi julgado maior por um ato inconstitucional da Assembleia Legislativa, não tendo ele ainda a idade legal. [...] os homens políticos [...] previram que ela [a Constituição] não havia de ser

³ Sobre os demais significados e trocadilhos contidos no nome de Rafael Hitlodeu, o marinheiro-filósofo, ver Ribeiro, 2010, vol. 1, 2.3.1.

respeitada, e, desgraçadamente, seus pressentimentos não falharam (EULÁLIO, 1957, 112).

“Misérias e corrupção” é a epígrafe que melhor resume o capítulo sobre o Segundo Reinado,

um ensaio infrutífero que fizeram os brasileiros do sistema representativo. A Constituição jurada pelo povo em 1825 nunca foi respeitada. A separação e dependências dos poderes foi sempre burlada. O Executivo absorvera todos os outros. Era o Governo despótico e tanto mais intolerável quanto ele sabia encobrir-se com o manto da constitucionalidade (EULÁLIO, 1957, 112).

A Câmara dos Deputados “curvava-se submissa ao menor aceno do Governo”, o Senado compunha-se em geral “de homens ineptos”, que haviam sido feito senadores “não por serviços prestados ao País, mas por intrigas e influxo de reposteiros e criados áulicos”, era “inimigo de todo o progresso, descuidado, negligente e sem patriotismo” (EULÁLIO, 1957, 112).

Os partidos, percebe Felício dos Santos, não divergiam por seus princípios, nem pelo sistema de governo, apenas disputavam o poder “em luta renhida e porfiada”. Já “nos altos empregos da Justiça dominava a mais escandalosa venalidade”. As províncias, que permaneciam abandonadas, isoladas umas das outras, “empobrecidas pelo vampiro do fisco que lhes sugava toda a vitalidade, oprimidas pelos mandões que lhes enviava o governo central para governá-las, definhavam à míngua, dormindo, indolentes, o sono da escravidão”. Ainda que situadas “no abençoado território brasileiro”, pleno de riquezas naturais, não podiam explorá-las “por não terem meios para a exportação de seus produtos”, já que as rendas públicas eram destinadas ao sustento da Corte, “com sinecuras ruinosas, em obras puramente de luxo” (EULÁLIO, 1957, 112).

O episódio termina anunciando que uma revolução pusera fim a todos esses abusos:

Assim ia o Brasil, quando em 1863 um partido político, desgostoso de ter sido arreado do poder de que estava de posse a 14 anos, excitou uma revolução em todo o Império, e então.....⁴ Não posso continuar a transcrição por falta de espaço; mas por este trecho já se pode avaliar o mérito da história do Dr. Jeremias”. (EULÁLIO, 1957, 112).

⁴ Essa linha pontilhada encontra-se no original publicado na *Revista do Livro*.

A “visão do futuro” (conforme Alexandre Eulálio) e dos “possíveis laterais” (o termo é de Raymond Ruyer), advinda do deslocamento no tempo e no espaço, é uma tópica moderna que se filia à clássica tópica do mundo às avessas (cf. CURTIUS, 1996). Filia-se também ao gênero literário da utopia, viagem imaginária a um mundo outro, porém semelhante, ideal, mas muitas vezes pintado com as cores fortes da sátira. Neste primeiro episódio, se a viagem parece conduzir o protagonista a um futuro mundo ideal, utópico, esse mundo é parcamente descrito. A maior parte das descrições nos revela, não esse futuro desejado, mas as mazelas de um hipotético passado, ou seja, o Brasil imperial de Joaquim Felício dos Santos. Mil anos separam o Brasil republicano do porvir, movido a eletricidade, da sociedade imperial viciada e marcada pela cultura do desfrute, que o autor nos descreve. Podemos dizer, por tudo isso, que *A História do Brasil escrita pelo Dr. Jeremias no ano de 2862* é essencialmente uma sátira, ainda que possua alguns elementos recorrentes nas utopias.

A História do Brasil escrita pelo Dr. Jeremias no ano de 2862 tem elementos da tradição satírica grega e da tradição romana. Hendrickson (1927, 51-52) lembra que o satirista, na tradição grega, participa do campo genérico do cômico-sério⁵ (σπουδογέλοιοι), caracterizado pela mediação do *riso* (γέλοιοι) no tratamento de coisas *sérias* (σπουδαίοι). A sátira de Joaquim Felício dos Santos segue o preceito horaciano de dizer a verdade rindo (*ridentem dicere verum*), afinal, *solventur risu tabulae*, o riso triunfa sobre as mais impenetráveis barreiras e torna palatáveis as mais amargas verdades (HENDRICKSON, 1927, 54-55). Vale lembrar que Schiller definia o poeta satírico como aquele que toma por objeto “o afastamento das coisas em relação à natureza e a contradição entre a realidade e o ideal”, sendo que “o que importa essencialmente é que a necessidade seja o pano de fundo sobre o qual o poeta ou o narrador imprime as cores do real e que ele saiba pôr nossa alma à disposição das ideias” (*apud* LUKÁCS, 2009, 163).

⁵ O campo da literatura denominado de σπουδογέλοιοι incluiria os mimos de Sofron, o gênero do “diálogo de Sócrates”, o gênero da literatura dos simpósios, a primeira memorialística (Íon de Chios, Crítias), panfletos, a poesia bucólica a sátira menipeia e outros gêneros que nitidamente se opunham aos gêneros sérios como, por exemplo, a epopeia, a tragédia, a história e a retórica clássica (BAKHTIN, 1981, 92).

Em 1868, nas *Páginas da História do Brasil escrita no ano de 2000*, Joaquim Felício dos Santos retomará a descrição crítica de sua época com novo vigor, abordando todos os acontecimentos importantes em chave satírica. Sua *História do Brasil*, esquecida pelas Histórias Literárias, se lê como obra literária, panfleto satírico e viagem imaginária e repõe questões acerca do gênero literário, do cânone e das relações entre história contingente, tradição e obra literária.

As Páginas da História do Brasil escrita no ano de 2000

Já dissemos que as *Páginas da História do Brasil escritas no ano de 2000* nasceram como reação à crise de 1868, que teve como elemento detonador o polêmico episódio da queda do Gabinete Zacarias. Para os adversários de Pedro II, esse episódio se ressentia como, praticamente, um golpe de Estado. Um dos bastiões de resistência à monarquia era o jornal *O Jequitinhonha*, que, após quatro anos retorna à vida pública; ele promoveu uma verdadeira campanha que ironizava, escarnecia e levava “ao último ridículo” todas as figuras do Governo responsável pela queda dos liberais, pela dissolução da Câmara e pela vitória eleitoral comprada. O folhetim de Joaquim Felício dos Santos fez parte dessa campanha. Temos, então, na gênese do texto de Joaquim Felício dos Santos um acontecimento histórico pontual. Menos pontuais – e mais perenes – são as páginas que alvejam a corrupção e o sistema monárquico em seus aspectos gerais.

A sátira continua sendo, portanto, a nota dominante desta segunda parte do folhetim de Joaquim Felício dos Santos, que prossegue com “a crítica das instituições ou pessoas, na censura dos males da sociedade ou dos indivíduos” (MOISÉS, 1982, 469), definição de sátira que se aplica perfeitamente às *Páginas*.

Por alimentar-se de acontecimentos da vida social e individual de sua época, a sátira tem um caráter efêmero: “tende a envelhecer e a perecer com os eventos que a suscitaram; obra de momento, desvanecida a conjuntura que lhe motivou o aparecimento, a sátira perde sentido e força à medida que o tempo passa.” (MOISÉS, 1982, 470). Contudo, ela resiste ao desgaste dos

anos quando a causa do ataque persiste, quando o elemento satirizado permanece vivo em uma sociedade ou como falha inerente ao homem.

As *Páginas do ano 2000*, ao lado de um panfleto da mesma época, *O libelo do povo por Timandro*, são, segundo Eulálio, “a deformação causada por um ressentimento político, que se transforma em ódio, faz com que o publicista só veja monstruosidade no oponente” (104); elas são a reescrita literária do editorial da primeira página, e terão tanto fôlego que durarão por mais de cinco anos, extinguindo-se quando se extingue pela segunda vez *O Jequitinhonha*.

Tanto *A História do Brasil escrita pelo Dr. Jeremias no ano de 2862* quanto as *Páginas da História do Brasil escritas no ano de 2000* mostram uma articulação particular entre Literatura e História: escrita ficcional construída com elementos da realidade contingente, elas expressam imediatamente os conteúdos da vida social. Poderíamos dizer, com Lukács (2009), que elas são o resultado literário do afastamento entre realidade insatisfatória e realidade ideal (cf. LUKÁCS, 2009), presente na sátira. Elas revelam a discrepância entre contingência e permanência, entre imperfeição e perfeição, entre materialização concreta e incompleta de um conceito e formulação abstrata e ideal desse conceito. Na definição formulada por Hegel, a sátira é justamente o contraste entre essência e fenômeno. Esse contraste provoca substituição e deslocamento de sentidos.

Um dos efeitos de sentido provocados pelo contraste entre essência e fenômeno é a dessacralização. A sátira dessacraliza de seu alvo. Para descrever satiricamente, é preciso analisar; para analisar, é necessário aproximar o objeto, para entendê-lo no todo, deve-se primeiramente separá-lo em partes: “O objeto é quebrado, desnudado (o seu arranjo hierárquico é retirado): despido ele é ridículo, como também é ridícula a sua roupa “vazia”, retirada e separada da sua pessoa.”; a consequência final desse desmembramento é o riso (BAKHTIN, 1993, 414).

A partir do dia 12 de dezembro de 1869, as *Páginas da História do Brasil escritas no ano de 2000* dão uma reviravolta. Para Eulálio, nessa segunda parte “a sátira propriamente dita tem aqui maior oportunidade, e momentos há de autêntico humorismo” (EULÁLIO, 1957, 105). Dom Pedro II faz uma viagem no tempo: um médium russo, o Dr. Tsherepanoff, depois de ler, à distância (mais precisamente, em Paris), os pensamentos do imperador – que desejava “ler no

futuro a história de seu reinado” (EULÁLIO, 1957, 126) – aparece defronte dele, subitamente transportado por “um coro dos espíritos da França” (EULÁLIO, 1957, 127).

O imperador se assusta e Tsherepanoff se apressa em esclarecer: “Aos espíritos nada é impossível. Lemos no futuro, como no presente e no passado. Para nós não há arcanos inexplicáveis. Da campa evocamos os mortos para decifram-nos os mistérios do além-túmulo.” (EULÁLIO, 1957, 127). Propõe então que transponham “os umbrais do futuro”, ao que o imperador responde:

- Quero e já.
O médium estendeu as mãos sobre a fronte de S. M.: Quero, ordeno e mando que durmas, disse.
O Imperador cerrou as pálpebras e dormiu. (EULÁLIO, 1957, 127).

Acordou cento e trinta anos depois, em 1º de janeiro de 2000, “primeiro dia do século XXI” (EULÁLIO, 1957, 128), na cidade de Guaicuí, capital da Confederação dos Estados Unidos do Brasil. No ano de 2000, “o Brasil forma uma Confederação de cento e vinte e dois estados, regidos todos por constituições republicanas” (EULÁLIO, 1957, 129). Nesse Brasil republicano foram abolidos os títulos de nobreza, a aristocracia, o privilégio: “O que distingue um cidadão [...], o que o eleva acima de seus iguais, são as qualidades pessoais, a virtude, a ilustração, o patriotismo, a dedicação, a filantropia, os serviços prestados ao país ou à humanidade.”; “Liberdade, igualdade e fraternidade, [essa] é a base da constituição moderna”, explica o médium (EULÁLIO, 1957, 130).

Dom Pedro passeia incógnito pelo igualitário Brasil do ano 2000, tendo tomado o nome de Dr. Muller, “médico naturalista alemão que viajava ao Brasil em explorações científicas, comissionado pela Universidade de Koenisberg” (EULÁLIO, 1957, 138). Os fluminenses, impressionados com sua erudição, elegend-no juiz de paz. Nesta segunda parte, como na primeira, episódios variados vão se acumulando, ao sabor dos acontecimentos.

São discutidos temas da atualidade do autor: a guerra do Paraguai, a tomada de Uruguaiana, o restabelecimento de relações com a Inglaterra, as tensões entre conservadores e liberais, a nomeação de Caxias. É transcrita uma conversação imaginária entre Pedro II e o Visconde de Itaboraá, chefe do novo gabinete, conservador, seguida da primeira reunião do

ministério recém-constituído e de trechos de uma “comédia póstuma” de Alencar, chamada *A reconciliação de D. Pedro com o Marquês de Caxias*.

É nesse Brasil do futuro que se passa uma cena capaz de exemplificar plenamente o conceito de sátira de Hegel. Dom Pedro se encontra na Petrópolis do ano 2000. Essa cidade não é mais “o paraíso dos fluminenses”, que para lá se dirigiam, “fugindo o calor, o pó, as exalações pútridas, fétidas, mefíticas da Corte” (EULÁLIO, 1957, 144), conforme escreveu Agassiz (naturalista suíço que estudou o Brasil), informa o narrador, em 1869. A cidade

é um deserto, uma velha tapera abandonada, coberta de espessa mata, ostentando o luxo, o vício, a força vegetativa de nossa natureza tropical com meia dúzia apenas de miseráveis casebres habitados por algumas dezenas de gente pobre que vive da caça e de uma pequena indústria, a extração do salitre. (EULÁLIO, 1957, 144).

O Palácio Imperial reduziu-se a ruínas, “montões de guano” e a local de refinamento do salitre. Uma mulher, Luísa, ali trabalhava enquanto carregava sua filha no colo. A criança choramingava e a mãe tentava acalmá-la. Como nada surtisse efeito, a mãe pronunciou as seguintes palavras: “- Cala-te, minha filha, [...], que aí vem o Imperador.” (EULÁLIO, 1957, 145).

Luísa não havia visto Dom Pedro, logo, sua fala não se referia a ele. A que Imperador ela se referiria? Ela mesma explicará: “É um modo de falar. [...] Quando queremos acalantar uma criança, para amedrontá-la, costumamos dizer: *aí vem o imperador!*, como se disséramos *aí vem o tutu*, ou *o lobisomem*.” E então ela relata que “em outros tempos” houve “um mau imperador; um homem que era senhor do Brasil, fazia o que queria”. Ele desgraçou a população “a ponto de ainda hoje só seu nome” inspirar horror e servir “para acalantar e fazer as crianças tremerem [...]” (EULÁLIO, 1957, 146).

Percebemos então que, no ano 2000 tal como é descrito por Joaquim Felício dos Santos, a “essência” do queria um imperador ideal não corresponde em nada ao imperador empírico, ao “fenômeno” imperador. “Imperador” não indica mais um líder político investido de nobreza; se ainda indicasse, não haveria discrepância entre o conceito de imperador e sua materialização,

entre essência e fenômeno. Imperador, no futuro, indica “tutu” ou “lobisomem” – deslocamento de sentido tão inesperado que provoca um efeito cômico.

A desmoralização não para aí: o marido de Luísa encontrara, “enterrado ali na lama da cozinha” (EULÁLIO, 1957, 146), um busto esculpido:

O busto estava debaixo do carvão, junto à fornalha. Luísa o descobriu, arredando o carvão que o ocultava.

Logo que S.M. viu o busto, tornou-se rubro de cólera. Era o seu busto, um de seus mais ricos e perfeitos bustos de fino mármore que havia no palácio de Petrópolis. Apesar de maltratado e denegrido pelas cinzas e o carvão, ainda se conhecia a perfeição artística. Só a frente se achava um tanto gasta pelo uso: era onde o marido de Luísa costumava amolar suas facas de mato, machado e instrumentos de trabalho. (EULÁLIO, 1957, 146-147).

Pedro II, enraivecido, manifesta o desejo de comprar o busto que, “apesar de maltratado e denegrido pelas cinzas e carvão”, ainda mostrava sua “perfeição artística”. Luísa o dá gratuitamente, e acrescenta que o levando, ele lhe fará um obséquio, pois sua filha não mais terá mais do que ter medo.

Um segundo exemplo de deslocamento de sentido está colocado já no título das *Páginas da História do Brasil escrita no ano de 2000*, trata-se da localização dos acontecimentos em um tempo futuro: no ano 2000. As *Páginas* se inscrevem na tradição dos relatos de viagens no tempo em que se descreve uma sociedade localizada em um tempo por vir. Esse gênero de histórias, também conhecidas como “romances de antecipação”, teve ampla fortuna; dele derivarão inúmeras variantes, em geral distópicas, como a ficção científica. Aqui basta lembrar *Épigone, histoire du siècle futur* (1659), de Michel de Pure, *L’an 2440, rêve s’il en fût jamais* (1771), de Louis-Sébastien Mercier, *Nineteen Eighty-Four* (escrito em 1948), de George Orwell, e, para citar duas obras de autores mineiros, o conto “O Desafio”, de Antonio Olinto, que se passa no ano 2462, e *Infinito em pó*, de Luís Giffoni, localizado no ano de 2492. À primeira vista, o tema principal dos relatos de antecipação parece ser o futuro; no entanto, uma leitura mais detida revela ao leitor que verdadeiro tema dos relatos de antecipação é o presente do autor, que contém, em germe, o futuro descrito. Logo, por *futuro*, entenda-se *presente*: esse jogo de sentido, que

opera pela substituição e deslocamento de conceitos, é o ponto de partida das *Páginas* de Joaquim Felício dos Santos, além de ser o que caracteriza mais fundamentalmente a sátira.

A descrição do futuro, porém, não é apenas projeção do presente, é uma forma de desfamiliarizar e reestruturar a experiência que se tem do presente (cf. JAMESON, 2008, p. 16), de pôr à prova ideias e noções estabelecidas: assim, os valores que poderiam parecer mais imutáveis revelam-se passageiros. A hierarquização social do Brasil imperial, por exemplo, foi substituída pelo nivelamento das classes promovido pela república; não mais existem negros, índios, brancos ou mestiços, apenas cidadãos, logo, qualquer distinção feita a partir da cor não tem validade, nem mesmo é cogitada no Brasil do ano 2000, para horror do viajante no tempo Pedro II: “Barbarizaram-se os brasileiros!” (EULÁLIO, 1957, 130), diz ele quando toma conhecimento da nova ordem social.

Graças a essa nova ordem social, um indivíduo de “baixa origem” tornou-se “presidente de uma república de 142 milhões de habitantes” (EULÁLIO, 1957, 139). O nome dele é João Servius Pugirá,

[...] cabra amestiçado, de estatura alta, corpulento, olhos negros, vivos expressivos, lábios grossos, nariz carnudo, cabelos pretos, bastante ondulados, já pintando de branco, dentes alvos, pontiagudos, fronte larga, inteligente, sobranceiras bastas. Conta já com seus 63 anos de idade, mas mostra-se ainda tão robusto e bem conservado que ninguém lhe dará 50. Já pelo nome se poderá conhecer alguma coisa de sua origem. É natural de Curitiba, capital do Estado do Paraná, nasceu no ano de 1937, filho de uma índia da tribo dos guaranis, casada com um crioulo cujos antepassados foram escravos da fazenda do...

- Basta, isso já é demais...

Parece-nos ter ouvido estas palavras do leitor, interrompendo-nos, nas pontas dos pés, todo indignação [...]. (EULÁLIO, 1957, 139).

Vemos então Dom Pedro II apertar a mão do Cidadão Pugirá (o Presidente da República, chamado também de Cidadão Presidente): “Outros tempos, outros costumes.” (EULÁLIO, 1957, 140); “O que em um século pode ser vício ou crime, em outro pode ser virtude ou patriotismo.” (EULÁLIO, 1957, 154). O futuro é uma espécie de mundo às avessas.

As *Páginas* continuam. Nota-se a ausência de um plano narrativo pré-estabelecido: não há começo, nem meio, nem fim, “a narrativa constrói-se por si mesma, aos poucos”, ela dá guinadas

em muitas direções, “indo e voltando a todo momento, conforme fosse necessário caricaturar a última manobra da gente do Governo” (EULÁLIO, 1957, 103-104).

Sem plano muito definido a narrativa constrói-se por si mesma, aos poucos, e infinitamente varia como variam infinitamente a fantasia e o humor do folhetinista [...] a costura deste folhetim muitas vezes se afrouxa e até se desfaz – assim ficaria em suspenso em um domingo de 1872 [...]. (EULÁLIO, 1957, 103).

Ou seja, a narrativa sucumbe à História; a História guia e submete a narrativa. “O estilo vibra com a agilidade da vergasta. São páginas de bronze. Tácito e Juvenal” – dirá, em 1895, Teodomiro Pereira, para quem as *Páginas do ano 2000* são o “processo do Império” (*apud* EULÁLIO, 1957, 104).

Uma ficção científica?

As *Páginas da História do Brasil escrita no ano 2000* costumam ser mencionadas como a “primeira ficção científica brasileira” em estudos sobre a história desse gênero no Brasil. Todavia, até o presente momento não encontrei nenhuma análise do texto que justifique essa classificação. Em 1957, quando publicou pela primeira vez reunidos alguns excertos desse folhetim de Joaquim Felício dos Santos, Alexandre Eulálio não se referiu a ele como ficção científica, mas como “caricatura”, “história do futuro”, “viagem ao futuro” e “história do passado”, “meio sátira, meio utopia”, “a mais longa e uma das mais violentas sátiras políticas escritas no reinado de Pedro II”, “libelo e idílio”, “história secreta” de uma época escrita com “toda paixão partidária”, “panfleto político” e mais do que simples panfleto.

A viagem ao futuro, seja ele 2862 ou 2000, leva o leitor a um mundo onde os avanços científicos e tecnológicos resultam num mundo que, como foi visto na primeira parte deste artigo, parece ter como características principais a velocidade e a precisão. Quanto a isso, a narrativa dá sinais de que poderia se encaixar na categoria de ficção científica, que põe a ciência no centro do relato e mostra as consequências sociais e psicológicas provocadas pelas mudanças devidas ao avanço científico e tecnológico.

A ciência anda a passos largos no Brasil do ano 2000. Nessa segunda parte do folhetim, o leitor é informado sobre vários dos progressos científicos postos em ação. O *cholera morbus* foi erradicado graças a uma vacina descoberta por certo Dr. Silva. As pessoas viajam de “paquete aerostático”, que gasta 12 horas para viajar de Liverpool a Guaicuí:

Em meados do século XX a ciência resolveu o grande problema da direção dos aeróstatos, problema que tanto torturava o espírito dos sábios da antiguidade; de forma que hoje possuem os homens mais um prodigioso sistema de viação, e com a maior rapidez e comodidade viaja-se por terra, por água, e pela atmosfera. (EULÁLIO, 1957, 131).

As notícias que chegam pelo pacote levam meia hora para estarem estampadas nos principais jornais do futuro:

A arte tipográfica [...] tem acompanhado a civilização em seu contínuo progresso por meio de máquinas engenhosas, ultimamente inventadas. Um pequeno número de tipógrafos, pode em um quarto de hora compor uma folha do formato d’”O Republicano”, que logo se imprime e se distribui por toda a cidade. (EULÁLIO, 1957, 133).

Uma grande estrada de ferro liga a França à Inglaterra. E “Os governos inglês e francês em 1960 puseram em execução [...] o plano de Gamond, apresentado em 1855. Construiu-se um grande túnel que liga os dois países por baixo do mar, entre Douvres e Calais” (EULÁLIO, 1957, 133). A França tornou-se uma república unitária; a Inglaterra, uma confederação republicana – aliás, toda a Europa tornou-se republicana. Os homens chegaram aos polos e as diferentes partes do Brasil comunicam-se graças a um “importante sistema de vias férreas” (EULÁLIO, 1957, 142); além disso, “o desenvolvimento da indústria e do comércio, em poucos anos colocou o Brasil em estado de poder saldar todas as suas dívidas e entrar no caminho da civilização, rivalizando com as nações cultas da velha Europa” (EULÁLIO, 1957, 137). No plano social, a hierarquização Império foi substituída pelo nivelamento das classes promovido pela república, cujo presidente descende de índios e de escravos; não mais existem negros, índios, brancos ou mestiços, apenas cidadãos, logo, qualquer distinção feita a partir da “raça” não tem validade, nem mesmo é cogitada no Brasil do ano 2000, para horror do viajante no tempo Pedro II:

“Barbarizaram-se os brasileiros!” (EULÁLIO, 1957, 130), diz ele quando toma conhecimento da nova ordem social.

O principal porto tornou-se o rio São Francisco (totalmente canalizado) na altura de Guaicuí, capital da confederação, até o oceano (o Rio de Janeiro tornou-se um ponto insignificante). O palácio de Petrópolis tornou-se uma ruína: “Ah! só restavam em pé alguns paredões mais grossos de cantaria, já fendidos, inclinados, cobertos de gramíneas, de urzes, denegridos pelo fumo, conspurcados pelas dejeções das aves que já formavam montões de guano...” (EULÁLIO, 1957, 145). Ele é a mais rica nitreira do ano 2000, de onde os depauperados extraem “o excedente salitre”.

É esse o Brasil do futuro segundo Joaquim Felício dos Santos. Eulálio lembra que a “visão do futuro” das *Páginas* de Joaquim Felício dos Santos é uma tópica que surge no século XVIII e se afirma nos seguintes: variação do mundo às avessas,

encarado de uma perspectiva historicista inexistente na Idade Média e cheia do otimismo mecanicista de um lado do século XIX. Perspectiva informada pelas vertiginosas transformações técnicas da revolução industrial, segundo o caso otimista ou pessimista (EULÁLIO, 1957, 107).

A descrição do futuro, de um dos múltiplos futuros possíveis, porém, não é apenas projeção do presente, é uma forma de desfamiliarizar e reestruturar a experiência que se tem do presente, do presente como história (cf. JAMESON, 2008, 16). A ficção de Joaquim Felício dos Santos, ainda que escrita ao sabor dos acontecimentos, sem costura narrativa, me parece conter o que, para Jameson, define a ficção científica: não a imaginação de um futuro “verdadeiro” de um sistema social, mas a capacidade “de transformar nosso presente em passado determinado de algo que está por vir” (JAMESON, 2008, 19). A ficção científica mostra o presente como “objeto póstumo”; ela é um “‘método’ estruturalmente único de apreensão do presente como história; e pouco importa se o mundo imaginário futuro que constitui o pretexto desta desfamiliarização seja ‘otimista’ ou ‘pessimista’”, o presente, na ficção científica, é sempre passado (JAMESON, 2008, 19).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAKHTIN, M. Epos e romance. In: _____. *Questões de literatura e de estética (A teoria do romance)*. Trad. São Paulo: UNESP, 1993.

BAKHTIN, M. *Problemas da poética de Dostoiévski*. Trad. Paulo Bezerra. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1981.

BENREKASSA, G. *Le concentrique et l'excentrique. Marges des Lumières*. Paris: Payot, 1980.

CURTIUS, E. R. *Literatura européia e Idade Média latina*. Trad. Paulo Rónai e Teodoro Cabral. São Paulo: Edusp/Hucitec, 1996.

EULÁLIO, A. As páginas do ano 2000. In: Calil, C. A.; Boaventura, M. E. (orgs.). *Livro involuntário*. Rio de Janeiro, Editora UFRJ, 1983, p. 62-72.

EULÁLIO, A. As páginas do ano 2000. *Revista do Livro*, ano II, junho, 1957, p. 102-160.

FIRPO, L. Para uma definição de utopia. *Morus – Utopia e Renascimento*, 2, 2005, p. 227-237.

FORTUNATI, V. Fictional Strategies and Political Messages in Utopias. In: MINERVA, N. (org.). *Per una definizione dell'utopia*. Atti del Convegno Internazionale di Bagni di Lucca, 12-14 settembre 1990. Ravenna: Longo, 1992.

HENDRICKSON, G. L. *Satura Tota Nostra Est*. *Classical Philology*, 22, 1927, p. 46-60.

IMBROSCIO, C. Du rôle ambigu du voyageur en utopie. In: IMBROSCIO, C. (org.). *Requiem pour l'utopie? Tendances autodestructives du paradigme utopique*. Pise: Editrice Libreria Goliardica, 1986.

JAMESON, F. *Penser avec la science-fiction*. Paris: Max Milo, 2008.

LÉVY-STRAUSS, C. *Le regard éloigné*. Paris: Plon, 1983.

LUKÁCS, G. A questão da sátira. In: _____. *Arte e sociedade. Escritos estéticos 1932-1967*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

MINERVA, N. Viaggi in utopia. Note su alcuni romanzi dei secoli XVII e XVIII. In: *Utopia e... amici e nemici del genere utopico nella letteratura francese*. Ravenna: Longo, 1995.

MOISÉS, M. *Dicionário de termos literários*. São Paulo: Cultrix, 1982.

RIBEIRO, A. C. R. “*Sou do país superior*”: *Utopia e alegoria na libertina Terra austral conhecida (1676). Tradução e Estudo* (tese de doutorado). Campinas: IEL/UNICAMP, 2010.

RUYER, R. *L’Utopie et les utopies*. Paris: PUF, 1950.